

Relatório-Síntese da Avaliação dos Cursos de Ciências e Tecnologias da Comunicação (2003-2004)

2º Ciclo de Avaliação

Julho de 2005

Índice

1	Objecto e enquadramento da avaliação	2
1.1	Os cursos em avaliação	2
1.2	Segundo ciclo de avaliação.	3
1.3	Ensino superior universitário	3
2	Constituição da Comissão de Avaliação Externa	4
3	Método de trabalho	5
3.1	Constituição das comissões de visita e calendarização	5
3.2	Programa de visita e método de actuação	7
3.3	Elaboração dos relatórios e atribuição das classificações	9
3.4	Uma excepção	9
4	Evolução da área científica desde o 1º ciclo de avaliação	10
5	Análise-síntese da avaliação dos cursos	12
5.1	Objectivos e Programas	12
5.2	Alunos	17
5.3	Docentes	18
5.4	Investigação	20
5.5	Instalações e Equipamentos	21
6	Comissões de Visita e Classificações curso a curso	22
7	Comentário aos Contraditórios	38

1 Objecto e enquadramento da avaliação

A tarefa era avaliar 16 cursos de ensino superior universitário da área da Ciências e Tecnologias da Comunicação: 6 cursos públicos, 2 concordatários e 8 cursos privados.

1.1 Os cursos em avaliação

- *Ciências da Comunicação* da Universidade Nova de Lisboa (UNL)¹;
- *Comunicação Social* da Universidade Técnica de Lisboa (UTL)
- *Ciências da Comunicação* da Universidade da Beira Interior (UBI)
- *Comunicação Social* da Universidade do Minho (UM)
- *Jornalismo* da Universidade de Coimbra (UC)
- *Novas Tecnologias da Comunicação* da Universidade de Aveiro (UA)
- *Comunicação Social e Cultural* da Universidade Católica Portuguesa (UCP-Lisboa)
- *Som e Imagem* da Universidade Católica Portuguesa (UCP-Porto)
- *Ciências da Comunicação* da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)
- *Ciências da Comunicação* da Universidade Fernando Pessoa (UFP)
- *Ciências da Comunicação* da Universidade Independente (UInd)

¹A Universidade Nova de Lisboa acabou por não submeter à avaliação externa o curso de Ciências da Comunicação. As razões da recusa não foram comunicadas à CAE, limitando-se os seus membros a tomar conhecimento do assunto através dos órgãos de comunicação social: Revista *Visão* de 13 de Janeiro de 2005, página 20; jornal *O Público* de 15 de Janeiro de 2005, página 30; de 23 de Março de 2005, página 6; de 28 de Março de 2005, página 9.

- *Ciências da Comunicação e da Cultura* da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULusofona)
- *Ciências da Informação* do Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)
- *Comunicação Empresarial* do Instituto Superior de Comunicação Empresarial (ISCEM)
- *Tecnologias da Comunicação Multimédia* do Instituto Superior da Maia (ISMAI)
- *Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia* do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia (ISLA-VNG)

1.2 Segundo ciclo de avaliação.

A presente avaliação dos cursos referidos situa-se no 5º ano de avaliação do 2º ciclo de avaliação. No 1º ciclo de avaliação que decorreu em 1998/1999 foram avaliados apenas 6 cursos, 5 públicos e 1 concordatário, nomeadamente os cursos de *Ciências da Comunicação* da UNL, de *Comunicação Social* da UTL, de *Ciências da Comunicação* da UBI, de *Comunicação Social* da UM, de *Jornalismo* da UC e de *Comunicação Social e Cultural* da UCP.

A actual Comissão de Avaliação Externa (CAE) teve em atenção o trabalho feito pela CAE do 1º Ciclo, desde logo porque integrava dois dos seus elementos, o Professor Manuel Lopes da Silva que havia presidido a esta, e o Professor Aníbal Alves. O Relatório de Avaliação Externa do 1º Ciclo foi disponibilizado a todos os membros da CAE. Aliás um dos pontos em avaliação era verificar em que medida os cursos avaliados em 1999 tinham dado seguimento às recomendações então feitas.

1.3 Ensino superior universitário

Importa ter em conta que os cursos avaliados foram apenas os dos cursos do ensino universitário. Os cursos da mesma área do ensino politécnico, público e privado, são avaliados por uma comissão própria. Os critérios de avaliação usados foram assim os do ensino universitário.

2 Constituição da Comissão de Avaliação Externa

A constituição da Comissão de Avaliação Externa foi feita mediante convite conjunto dos presidentes do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas, Prof. Virgílio Meira Soares, e o Presidente do Conselho de Avaliação do Ensino Superior Privado da APESP, Prof. Vitor Crespo. O Conselho de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) aprovou e o Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior homologou por despacho de 21 de Novembro de 2004, publicado em *Diário da República* de 14 de Dezembro de 2004, a seguinte composição da CAE da área de Ciências e Tecnologias da Comunicação:

- António Carreto Fidalgo, professor catedrático da Universidade da Beira Interior, que presidiu;
- Manuel José Lopes da Silva, professor catedrático jubilado da Universidade Nova de Lisboa;
- Moisés Adão de Lemos Martins, professor catedrático da Universidade do Minho;
- Aníbal Augusto Alves, professor catedrático da Universidade do Minho;
- José Eduardo Valente Borges de Pinho, professor catedrático da Universidade Católica Portuguesa;
- Eugénio Francisco dos Santos, professor catedrático da Universidade do Porto;
- José Nunes Esteves Rei, professor catedrático da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Francisco José Costa Pereira, professor coordenador da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;
- José Manuel Paquete de Oliveira, presidente da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação;

- Mário António da Mota Mesquita, jornalista e professor-adjunto (equiparado) da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa;
- Mário Waddington Bettencourt Resendes, director-geral da Lusomundo Média;
- João Maria de Moraes Palmeiro, presidente da Associação Portuguesa de Imprensa;
- António Fausto Neto, professor titular da Universidade de Vale do Rio dos Sinos, Brasil;
- Bernardo Díaz Nosty, professor catedrático da Universidade de Málaga, Espanha;
- Margarita Ledo Andión, professora catedrática da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha;
- Marcial Murciano Martínéz, professor catedrático da Universidade Autónoma de Barcelona, Espanha.

Os 8 primeiros membros são professores no topo da carreira académica, os 4 seguintes são personalidades ligadas à área e os 4 últimos professores estrangeiros com conhecimento da língua portuguesa.

Já depois de feita a distribuição dos cursos a avaliar pelos membros da CAE, mas ainda antes do início das visitas, Mário Mesquita pediu a demissão por motivos de saúde. Decidiu-se então que, em vez de integrar um novo membro, o trabalho que lhe estava atribuído seria distribuído por membros da CAE que tivessem mais disponibilidade.

3 Método de trabalho

3.1 Constituição das comissões de visita e calendarização

Em reunião plenária dos membros da CAE, havida em 13 de Janeiro de 2005, deliberou-se não constituir sub-comissões, antes adoptar um sistema de comissões de visita, em que os membros se

cruzassem com o maior número possível de colegas. Assim, cada comissão de visita foi constituída por dois professores de topo de carreira, uma personalidade da área e um professor estrangeiro. O presidente da CAE estaria presente em todas as visitas na medida do possível. Dos 15 cursos visitados apenas não esteve presente nas comissões de visita aos cursos da Universidade Lusófona e da Universidade da Beira Interior.

Esta metodologia de trabalho pareceu a mais adequada para uma uniformização da aplicação de critérios na avaliação. Cada elemento da CAE visitaria no mínimo 4 cursos e nessas visitas trabalharia em conjunto com outros membros que teriam estado noutras visitas em que ele próprio não teria participado.

A calendarização das visitas obedeceu à vinda sucessiva dos professores estrangeiros. Cada professor estrangeiro esteve duas semanas em Portugal e em cada semana fizeram-se duas visitas. Devendo as visitas realizar-se nos meses de Março e de Abril, e descontando o tempo de Páscoa, houve necessidade de, na penúltima semana de Abril, fazer quatro visitas. Nessa semana funcionaram em simultâneo duas comissões de visita e, por isso, coincidiu a presença de dois avaliadores estrangeiros.

Feita a distribuição, cada membro da CAE recebeu logo na reunião de 13 de Janeiro um exemplar do Relatório de Auto-Avaliação (RAA) dos cursos que lhe caberia visitar. Cada membro da CAE ficou com a incumbência de redigir um Relatório de Avaliação Externa (RAE), de modo a todos os membros ficarem com um melhor conhecimento do processo de avaliação.

Os ajustes a esta distribuição, tendo em conta a saída de Mário Mesquita e a incompatibilidade de agenda de alguns membros, foram feitos caso a caso, mas não suscitaram perturbação na distribuição de trabalho e no agendamento das visitas.

No dia 22 de Fevereiro de 2005 houve uma nova reunião plenária, de que ficaram dispensados os membros estrangeiros, para fazer o ponto da situação e esclarecer dúvidas levantadas pela leitura do *Guião de Avaliação Externa*, de que todos os membros haviam recebido uma cópia na primeira reunião.

3.2 Programa de visita e método de actuação

O programa de visitas seguiu o figurino proposto pelo CNAVES, estendendo-se por um dia e meio. As visitas começavam sempre com uma reunião com as autoridades académicas da instituição visitada, a que se seguia uma reunião com a Comissão de Auto-Avaliação que havia redigido o RAA. Depois tinham lugar as reuniões com os alunos e os docentes. Na segunda parte da visita começava-se por visitar as instalações, salas de aula, bibliotecas, laboratórios, estúdios. A essa visita seguia-se a reunião com as entidades externas, em especial entidades empregadoras e antigos alunos. A segunda parte concluía-se com uma consulta dos elementos disponibilizados pela Comissão de Auto-Avaliação, nomeadamente livros de sumário, testes, listas de classificações, monografias. A terceira parte da visita iniciava-se com uma reunião com os funcionários e técnicos da instituição que directamente ou de mais perto participassem no funcionamento do curso em avaliação. Havia depois uma hora aberta em que a Comissão de Avaliação Externa (CAE) se disponibilizava a ouvir, em público ou privado, qualquer membro discente, docente ou funcionário. A visita terminava com uma nova reunião com as autoridades académicas em que a CAE dava conta de uma primeira impressão da visita efectuada.

Adoptando um modelo de avaliação feita por pares, os membros da CAE agiram, durante as visitas, como colegas perante colegas. O propósito primeiro e fundamental era conhecer o curso o melhor possível. Não se pode avaliar o que não se conhece e a atitude da CAE foi sempre a de procurar e de acolher todos os dados que contribuíssem para um melhor conhecimento do curso em avaliação. Convém destacar três marcos principais na actuação da CAE ao longo da visita: a análise do Relatório de Auto-Avaliação com a Comissão de Auto-Avaliação, redactora do Relatório, as reuniões francas com as pessoas envolvidas no curso, nomeadamente discentes, docentes e funcionários, e finalmente a visita demorada e atenta às instalações.

Os Relatórios de Auto-Avaliação são um dos elementos mais importantes de todo o processo de avaliação e, por isso, houve uma grande preocupação da CAE em analisá-los com a Comissão

de Auto-Avaliação. Essa preocupação levou a que em algumas visitas a Hora Aberta no final da visita fosse preenchida com mais uma reunião com a Comissão de Auto-Avaliação. Os avaliadores internos foram considerados parceiros privilegiados da CAE e cabe aqui agradecer-lhes o seu contributo fundamental e imprescindível à avaliação no seu conjunto.

Procurou-se, nas reuniões com os alunos, que estes se sentissem perfeitamente à vontade e exprimissem sem constrangimento as suas opiniões sobre os pontos fortes e os fracos do seu curso. É de reconhecer que na maior parte dos casos os alunos foram muito interventivos e que, geralmente, a reunião, limitada a uma hora, se poderia ter estendido por muito mais tempo. Os RAEs citam por vezes afirmações de alunos muito ilustrativas de aspectos dos seus cursos.

Nas reuniões com os professores a CAE teve um papel mais interpelativo, não se limitando a ouvir mas questionando também os colegas, nomeadamente sobre estruturas curriculares, programas, bibliografia e investigação realizada. Neste ponto, pode dizer-se que a CAE não encarou as visitas apenas como um meio, mas também como um fim em si mesmo. Nas reuniões com os colegas houve também confronto de posições e surgiu a possibilidade e a oportunidade de reflectir sobre a profissão de professor universitário, sobre o curso e as disciplinas leccionadas, e de tomar em conta a existência de outros cursos idênticos em Portugal.

A CAE procurou fazer uma visita atenta às instalações que serviam os cursos em avaliação, deslocando-se a todos os locais que directamente servem o funcionamento dos cursos, salas de aula, bibliotecas, laboratórios, ateliers. Também se procurou inteirar dos equipamentos existentes, nomeadamente máquinas de filmar, computadores, programas instalados e mesas de edição, atentando tanto no seu modo de funcionamento como no acesso que os alunos têm a esses mesmos equipamentos e com o apoio com que contam na sua utilização, nomeadamente da parte de técnicos. Na visita às bibliotecas houve sempre a preocupação de comprovar a existência de bibliografia da área, analisando-a em quantidade, qualidade, diversidade e actualização.

3.3 Elaboração dos relatórios e atribuição das classificações

Feitas as visitas, que se realizaram todas nas datas previstas e em que não houve qualquer incidente a registar, a CAE voltou a reunir a 10 de Maio de 2005, momento em que foram distribuídos os projectos de RAEs elaborados pelos respectivos relatores. Cada membro da CAE teve oportunidade de, viva voz, trocar impressões com os relatores dos cursos de cuja avaliação participava, pois que antes disso já houvera troca de emails. Deliberou-se que haveria necessidade de uniformizar mais os projectos e que a coordenação dessa uniformização passaria pelo presidente. Marcou-se então a data de 6 de Junho para uma Reunião Plenária da CAE, onde seriam votadas as classificações. Até lá todos os membros classificariam, em diálogo com os outros membros das respectivas comissões de visita, os campos de apreciação na avaliação dos cursos que tinham visitado e enviariam ao presidente da CAE as suas classificações.

Em Reunião Plenária da CAE em 6 de Junho de 2005 foram analisados todos os RAEs e votadas as classificações dos campos de apreciação dos cursos avaliados. Todos os relatórios e todas as classificações foram votados por unanimidade.

3.4 Uma excepção

O plenário da CAE deliberou não atribuir classificações ao Curso de Licenciatura de *Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia* do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia. Só muito marginalmente o curso se situa no âmbito das Ciências e Tecnologias da Comunicação. Fundamentalmente, o Curso é do domínio da Informática e da Gestão, e o título de Multimédia que aparece na sua designação é que induziu certamente ao lapso do CNAVES, nomeadamente da APESP, em integrar este curso na área de Ciências e Tecnologias da Comunicação. Acresce a este facto que o ISLA-VNG tem a funcionar um curso de licenciatura em Comunicação, reconhecido oficialmente pela Portaria 619/98 de 26 de Agosto, e que esse curso sim se situa claramente no domínio científico desta CAE. O curso de Comu-

nicação, todavia, não foi avaliado por ainda não ter licenciados no ano objecto de avaliação.

Atendendo ao facto de ter já decorrido a avaliação externa dos cursos de Informática e de Gestão e sendo esta a última oportunidade de o curso ser avaliado no corrente ciclo, entendeu a CAE não se dever furtar a uma avaliação do curso do ponto de vista da sua área e à respectiva elaboração do Relatório de Avaliação Externa. A deliberação da CAE em não atribuir classificações prende-se também com o facto de, diferentemente dos outros cursos de tecnologias da comunicação, o curso de *Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia* do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia se assumir e se situar a si mesmo no domínio da Informática e não da Comunicação.

4 Evolução da área científica desde o 1º ciclo de avaliação

O 2º ciclo de avaliação alargou-se às instituições de ensino privado, facto que convém realçar e louvar. Por outro lado, a área foi alargada, relativamente ao 1º ciclo de avaliação que incidiu apenas sobre os cursos de comunicação, às tecnologias de comunicação, incluindo cursos que se situam na fronteira das ciências da comunicação com as artes e a informática. Dos 15 cursos avaliados 4 deles são cursos fronteira: *Novas Tecnologias da Comunicação* da Universidade de Aveiro, *Som e Imagem* da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, *Tecnologias de Comunicação Multimédia* do Instituto Superior da Maia e *Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia* do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia.

O alargamento, extensional e intensional, do universo de cursos a avaliar representa a solidificação académica e científica dos cursos de comunicação na universidade portuguesa. Se se tiver em conta a criação mais recente de cursos de comunicação, nomeadamente nas Universidades do Porto, de Lisboa, de Trás-os-Montes e Alto Douro e dos Açores, mas que por não terem ainda licenciados no ano de avaliação (2003/2004) não foram agora avaliados,

desaparecem quaisquer dúvidas, se as havia, de que as ciências da comunicação ocuparam em Portugal definitivamente o seu espaço no cânon universitário.

Desde o 1º ciclo de avaliação, efectuado em 1999 e que tinha como ano de objecto da avaliação o ano lectivo de 1996/97, o panorama de estudos de comunicação teve uma evolução assinalável a vários níveis, nomeadamente mediante a organização associativa da comunidade científica e com a constituição de painéis específicos de avaliação na Fundação para a Ciência e Tecnologia.

A criação em 1998 da SOPCOM – Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação veio dinamizar significativamente o intercâmbio científico entre académicos portugueses e estrangeiros, nomeadamente através da realização de congressos nacionais e internacionais: 3 congressos nacionais (em 1999, 2001 e 2004); 6 congressos da Lusocom, federação das associações de ciências da comunicação dos países lusófonos (3 em Portugal, 2 no Brasil e 1 em Moçambique) e dois congressos ibéricos (2001 em Málaga e 2004 na Covilhã).

Quanto ao financiamento e à avaliação da investigação, houve passos extremamente significativos nos últimos anos. Só em 2000 os projectos de investigação em Ciências da Comunicação, apresentados à FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, começaram a ser financiados numa rubrica específica e avaliados por uma comissão própria. Até então os projectos eram avaliados ora pela Comissão de Filosofia ora pela de Linguística. E só em 2003 se constitui a Comissão das Ciências da Comunicação para avaliar os centros de investigação. Em 2003, foram avaliados 8 centros de investigação na área das ciências da comunicação, sendo 5 deles novos, ou seja, avaliados pela primeira vez.

O ensino universitário não pode de modo algum ser desligado da investigação e do intercâmbio científicos e por isso se impõe ter em atenção a evolução da área de ciências da comunicação também nessas vertentes para desse modo se proceder a uma melhor análise e avaliação dos cursos de graduação.

5 Análise-síntese da avaliação dos cursos

A grande alteração do 1º para o 2º ciclo de avaliação, pelo menos na perspectiva mediática, foi a imposição legal de atribuir classificações aos diferentes campos de avaliação. Tal classificação tem certamente o mérito de tornar a avaliação mais acutilante, de mais facilmente estabelecer comparações entre cursos, de a tornar mais interessante para os órgãos de comunicação social, pois que mais polémica, mas também tem o grave inconveniente de induzir a somatórios indevidos, misturando alhos com bugalhos. Os campos de apreciação não têm de modo algum o mesmo valor e uma classificação mais alta num campo acessório não compensa a classificação mais baixa num campo essencial.

O *Guião de Avaliação Externa* estabelece que nas classificações o A corresponde ao *Excelente*, o B ao *Muito Bom*, o C ao *Bom*, o D ao *Suficiente* e o E ao *Insuficiente*. A CAE de Ciências e Tecnologias da Comunicação entendeu que deveria usar toda a escala para diferenciar não só os mesmos campos de apreciação nos diferentes cursos, mas também para diferenciar campos no mesmo curso, e, desse modo, apontar aos respectivos responsáveis as áreas prioritárias de intervenção. A classificação de *Insuficiente* dada a determinado campo de apreciação de um curso, por exemplo, não só contrasta com a de *Bom* ou *Muito Bom* dada ao mesmo campo do curso de outra instituição, como contrasta com a classificação de *Bom* ou *Muito Bom* dada a um outro campo de avaliação desse mesmo curso.

Ainda que globalmente a qualidade do ensino universitário de ciências da comunicação seja boa, há pontos fortes e fracos que importa destacar numa sinopse dos cursos avaliados. É esse o objectivo desta análise síntese. De qualquer modo importa reter o seguinte: de cada um dos 15 cursos avaliados fez-se um relatório circunstanciado e as referências particulares que aqui lhes são feitas devem ser compreendidas à luz do relatório respectivo.

5.1 Objectivos e Programas

1– A maioria dos cursos avaliados tem como objectivo primeiro a formação teórica e prática dos seus alunos para as diversas profis-

sões da área da comunicação. Uma vez são indicadas explicitamente profissões como jornalistas, publicitários, técnicos de relações públicas, outras vezes são elencadas áreas profissionais onde os futuros licenciados exercerão a sua actividade, jornalismo, publicidade, relações públicas, comunicação organizacional, multimédia, assessoria de imprensa, gestão cultural, gestão de marketing político. Os cursos de comunicação são, nesta perspectiva, cursos aplicados ou profissionais à semelhança dos cursos de medicina ou de engenharias, e distinguem-se dos cursos de ciências exactas, de humanidades ou de ciências sociais, cujos objectivos consistem fundamentalmente numa formação científica sem uma ligação directa a uma profissão.

A tensão entre a vocação profissionalizante dos cursos avaliados e a indispensável formação científica específica do ensino universitário obriga a uma grande clareza e precisão de objectivos, não só quanto à sua enunciação explícita, mas sobretudo quanto à sua concretização num programa consistente e equilibrado de estudos, na qualidade dos corpos docente e discente, na envergadura da investigação feita, e nas infra-estruturas de ensino. Ainda que só um curso avaliado tenha tido classificação de *Insuficiente* (o do ISMAI) nesta rubrica, em contrapartida apenas 4 cursos obtiveram a nota de *Muito Bom*, dois públicos (os da Universidade do Minho e da UBI) e dois privados (os da Universidade Lusófona e da Universidade Fernando Pessoa), não tendo nenhum curso merecido a classificação de *Excelente*.

A formação académica da generalidade dos cursos é de banda larga, aliás como é indicado pela designação mais comum dos cursos, de ciências da comunicação e comunicação social. Dois cursos apresentam-se, pela própria designação, com objectivos de formação mais específicos, o de *Jornalismo* da Universidade de Coimbra e o de *Comunicação Empresarial* do Instituto Superior de Comunicação Empresarial.

Quanto às saídas profissionais, os objectivos dos 4 cursos fronteira atrás referidos, a saber, *Novas Tecnologias da Comunicação, Som e Imagem, Tecnologias de Comunicação Multimédia e Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia* caracterizam-se por invocarem uma formação específica para novas profissões que os

“novos média” ou as tecnologias digitais da comunicação suscitar ou permitiriam. Não contestando de modo algum a oportunidade e até a necessidade de uma formação universitária que responda aos desafios e às possibilidades que as TIC apresentam, nomeadamente na intersecção entre a criação artística e a expressão mediática, no espaço bem actual da mediação cultural, a CAE considera que estes cursos enfermam de uma indefinição epistemológica quanto aos objectivos e ao perfil dos seus licenciados. Falta-lhes por enquanto um enquadramento científico para a formação tecnológica que desenvolvem.

Ainda que o objectivo principal dos cursos avaliados seja idêntico – a saber, a formação teórica e prática de profissionais para áreas da comunicação –, é de registar o diferente cariz dos cursos, uns claramente de natureza universitária e outros politécnica. A indefinição legislativa dos dois tipos de ensino superior em Portugal permite que legalmente os quinze cursos avaliados sejam considerados como universitários, quando de facto alguns são de cariz politécnico. A diferença reside na formação científica de base, não só patente nos currículos, mas também visível nos patamares de maior exigência académica, na qualificação dos docentes e no aprofundamento e na problematização das matérias leccionadas. Não é propriamente a qualidade que está aqui em causa, nem se trata de uma mesma escala de avaliação, são sim propósitos e objectivos de diferente natureza que distinguem cursos universitários e cursos politécnicos. O caso mais patente é o curso de *Comunicação Empresarial* do Instituto Superior de Comunicação Empresarial que, fazendo bem o que se propõe, se apresenta mais como um curso típico de uma escola de negócios do que como curso universitário.

2– Um dos objectivos prioritários e uma parte substancial do trabalho da CAE do 1º ciclo consistiu na análise dos currículos dos 6 cursos avaliados, na distinção dos grupos e subgrupos disciplinares e na fixação de um tronco comum da área teórica da comunicação. Na primeira parte do *Relatório de Avaliação Externa das Licenciaturas da Área de Comunicação Social*, intitulada “Avaliação Global”, o primeiro capítulo é dedicado aos cur-

riculos dos cursos. Os currículos foram divididos em dois grupos: A – Disciplinas de Base e B – Disciplinas da Comunicação. No grupo A foram classificados 4 subgrupos: Metodologias e disciplinas instrumentais, Línguas Estrangeiras, Português e disciplinas filológicas e literárias, Ciências sociais e humanas (incluindo história, filosofia e direito); no grupo B foram classificados dois subgrupos: Disciplinas teóricas do processo de comunicação e Disciplinas teóricas e práticas da comunicação através dos “media”.

A grelha de classificação então feita continua a ser um excelente instrumento de trabalho para a análise curricular dos cursos da área de comunicação e as considerações aí feitas mantêm a pertinência de então. Foi motivo de satisfação da presente CAE verificar que os cursos avaliados no 1º ciclo procederam a ajustes curriculares no seguimento das recomendações feitas pela anterior CAE. Graças ao trabalho efectuado, hoje existe não só um consenso bastante grande quanto às matérias fundamentais e nucleares das ciências da comunicação como também uma homogeneidade efectiva e substantiva, mesmo que não nominativa, quanto ao cerne curricular de um curso universitário desta área.

Obviamente que a multiplicação dos cursos nesta área, a diversidade dos mesmos e a especificidade procurada por cada um deles, aumentará o leque das disciplinas e matérias neles leccionadas. Contudo, a multiplicidade e diversidade curriculares serão uma riqueza para a área académica da comunicação desde que salvaguardada a identidade científica e curricular. A diferente génese e a conseqüente variada inserção dos cursos de comunicação dentro das instituições, uns ligados às Letras ou Humanidades, outros às Ciências Sociais, outros às Artes, devem ser encaradas como factores positivos. Não se pode é tornar tão difusa a área de comunicação, que sob o seu título se incluam as mais diversas áreas das ciências sociais e humanas. Continua actual e pertinente a distinção feita pela CAE do 1º ciclo “entre as disciplinas de ciências humanas e sociais, que constituem a base dos saberes e metodologias de que parte a análise dos fenómenos de comunicação, e as disciplinas que no currículo formam aquilo a que chamaríamos o *núcleo teórico das ciências da comunicação*” (p. 13). Chamar a

atenção para esta distinção é tanto mais importante quão fácil e sedutor se torna para as instituições, face à crise dos cursos tradicionais de letras e de formação de professores, transformá-los em cursos de comunicação, pela simples mudança de designação.

Os cursos avaliados têm a duração de 4 anos, à excepção do curso de *Comunicação Social* da Universidade do Minho, que tem 5 anos e no qual existe um estágio integrado. Neste ponto, os cursos de comunicação e de tecnologias de comunicação acompanham os cursos afins, que na larguíssima maioria são cursos de 4 anos.

Na maioria dos cursos as disciplinas são exclusivamente semestrais e a tendência é de que os os cursos que ainda compreendem disciplinas anuais passem também a um regime semestral. A semestralização facilita e simplifica o intercâmbio académico de estudantes, em particular o programa Erasmus, financiado pela União Europeia, e agiliza também a concessão de licenças sabáticas aos docentes.

De salientar nos currículos dos cursos de ciências e de tecnologias da comunicação é a divisão habitual em duas partes, uma parte propedêutica, inicial, de dois anos, comum a todos os alunos, e uma segunda parte de aprofundamento, constituída por ramos ou variantes em que os estudantes optam por uma formação mais específica, nomeadamente *Jornalismo*, *Relações Públicas*, *Publicidade*, e *Audiovisual*. Mas a especialização dos últimos anos é diversa de instituição para instituição. Além dessas variantes encontram-se ainda as de *Gestão de Actividades Culturais*, *Comunicação Cultural*, *Comunicação Digital e Interactiva* e *Multimédia*, entre outras.

Nota-se na generalidade uma lacuna nos programas curriculares dos cursos relativamente à área da imagem. A evolução tecnológica que facilitou extraordinariamente a produção de imagens, fixas e em movimento, a miniaturização dos equipamentos e consequente portabilidade, a facilidade e rapidez de transmissão de imagens em formato digital, são factores decisivos na área da comunicação e obrigam necessariamente a um aprofundamento de estudos nesta área. Nas recomendações de alterações curriculares feitas pela CAE aos cursos encontra-se frequentemente a de intro-

duzir mais disciplinas na área de imagem e a de dotar os cursos de meios, laboratórios e equipamentos, para a produção, edição e difusão de imagem.

5.2 Alunos

Os cursos de ciências e tecnologias da comunicação continuam a ser dos cursos mais procurados pelos candidatos ao ensino superior em Portugal. As vagas têm sido não só preenchidas, como a grande procura tem tido desde logo como resultado a admissão de alunos com notas elevadas de ingresso, sobretudo nos cursos públicos. É de referir que neste ponto a CAE deu a classificação máxima aos alunos dos cursos da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade de Coimbra.

Não obstante ainda se ouvirem vozes de entidades externas – cada vez mais raras, é certo –, de que os cursos de comunicação não oferecem a melhor formação para as profissões da área de comunicação, facto é que os cursos de comunicação se constituíram nas duas últimas décadas em Portugal como uma via privilegiada de acesso às profissões ligadas à comunicação, em particular ao jornalismo, às relações públicas e à publicidade. Por outro lado, a importância que a comunicação assumiu nas sociedades contemporâneas, nos mais variados domínios, desde o político, social e económico ao cultural e religioso, o papel relevante que os profissionais da comunicação desempenham na formação da opinião pública, são motivos de atracção para os jovens escolherem os cursos de comunicação.

Não se pode, contudo, ignorar que também os cursos de comunicação começam a ser atingidos pela grave crise na captação de alunos que ameaça a sobrevivência de cursos superiores de outras áreas científicas. A maioria dos cursos das instituições privadas já não consegue preencher actualmente o número de vagas, apesar de algumas terem baixado significativamente esse número ano após ano, e os cursos públicos, ainda que preenchendo sem problemas o respectivo *numerus clausus*, têm visto o número de candidatos descer de ano para ano. É verdade que a diminuição da procura, vista singularmente curso a curso, é também provocada

pelo aumento da oferta no sector público pela criação de novos cursos. Mas mesmo em termos absolutos a procura tem diminuído nos últimos anos.

Olhando para as classificações dos diferentes campos avaliados em cada curso, é inevitável concluir que em Portugal não há ainda a cultura de os estudantes procurarem um curso pela sua qualidade. Os estudantes procuram o seu curso fundamentalmente por duas razões: i) de localização, escolhendo em circunstâncias semelhantes (público ou privado) o curso da instituição mais próxima, e ii) de economia, preferindo o público ao privado, já que as propinas do ensino público são significativamente mais baixas.

Por fim, é de referir que alguns cursos privados são nocturnos, isto é, de horário pós-laboral, ou têm pelo menos uma turma nocturna a funcionar. São os casos dos cursos do ISLA-Vila Nova de Gaia, Universidade Independente, Universidade Autónoma e Universidade Lusófona. É certamente uma forma de o ensino privado captar alunos que à partida ficam excluídos do ensino público, onde todos os cursos são diurnos. Mas é um serviço que o ensino superior privado presta ao país, permitindo que trabalhadores possam adquirir formação superior. A CAE regista com muito apreço essa iniciativa.

5.3 Docentes

A grave deficiência verificada no 1º ciclo de avaliação (1999) de que a alguns dos 6 cursos então avaliados faltava um “núcleo duro” de docentes da área de comunicação² mantém-se passados 6 anos. Com a agravante agora de que os cursos de então que já apresentavam equipas da área, e agora avaliados (Universidade do

²“O corpo docente de um curso de comunicação não pode ser constituído por professores de diversas disciplinas e departamentos que vão ‘dar cadeiras’ aos alunos de comunicação, sem que haja um núcleo de professores particularmente dedicados ao curso. Acontece, porém, que nalguns cursos em avaliação um tal ‘núcleo duro’ ou equipa, ou não existe, ou se existe, é composto por um número reduzidíssimo, e, portanto, insuficiente, de docentes.” *Relatório de Avaliação Externa das Licenciaturas da Área de Comunicação Social.*

Minho e UBI)³, se reforçaram substancialmente na qualificação dos seus docentes e que tal não sucedeu com os cursos que apresentavam um número reduzido de docentes da área (Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Coimbra). Não se compreende que estas três universidades não tenham tido quaisquer doutoramentos na área de ciências da comunicação até à data da 2ª avaliação, em mais de uma dúzia de anos de funcionamento, quando as outras universidades também avaliadas na 1ª avaliação, tiveram um número significativo de doutoramentos. Neste campo de apreciação apenas os cursos da Universidade do Minho e da UBI foram classificados com *Muito Bom*.

Também nos cursos do ensino privado se notam diferenças quanto à qualificação do seu corpo docente. A Universidade Lusófona, a Universidade Fernando Pessoa e a Universidade Autónoma apostaram num corpo docente próprio e qualificado, merecendo por isso a classificação de *Bom*. Com efeito, são cursos em que é visível o cuidado de formar equipas docentes coesas, contratando doutorados e promovendo a qualificação académica dos seus docentes. Em contrapartida, um curso teve neste campo a classificação de *Insuficiente*, a saber, o curso de *Ciências da Informação* do ISMT, que não conta com nenhum doutorado da área da comunicação afecto a tempo inteiro ao curso.

Obviamente que na apreciação do corpo docente de um curso se deve ter também em conta os docentes das disciplinas de outras áreas que não as específicas de comunicação. A CAE teve em atenção esse factor na classificação que fez.

Com a crise dos cursos tradicionais de Letras, nomeadamente História e Línguas, e conseqüente excedente de professores nessas áreas em termos de ETI (a relação entre o número de alunos e de docentes), associada à dificuldade ou mesmo impossibilidade de contratar novos docentes, é normal e compreensível que sejam os docentes dessas áreas a leccionar nos novos cursos de comunicação. Contudo, esta transição de tarefas lectivas deveria ser acompanhada por um esforço e uma aposta desses docentes em

³O curso da Universidade Nova de Lisboa, que não foi avaliado desta vez, era em 1999 o curso com a equipa docente mais numerosa e mais qualificada.

se mudarem de “armas e bagagens” para a área científica das ciências da comunicação. Foi isso que aconteceu, por exemplo, em Espanha onde as Faculdades de Comunicação recrutaram de outras áreas afins o seu corpo docente inicial, mas adoptando um projecto colectivo e individual de investigação e ensino na área de comunicação. Mais importante do que a proveniência científica dos docentes são o propósito e o empenho de integrarem a nova área epistemológica e correspondente comunidade científica. Ora não foi infelizmente isso que ocorreu, pelo menos no grau desejável, nas universidades portuguesas.

Sendo cursos com uma forte componente tecnológica é conveniente que profissionais das diversas áreas da comunicação, jornalistas, publicitários, técnicos de imagem e som, sejam chamados a colaborar na leccionação, sobretudo nas disciplinas mais práticas dos cursos. Tal colaboração, a muitos títulos em si proveitosa, não pode é tornar-se norma e o corpo docente dessas cadeiras práticas ser na grande maioria ou exclusivamente constituído por profissionais dos sectores dos média. Essa colaboração tem de ser complementar e não nuclear, sob pena de os cursos se verem desvirtuados do cariz universitário e converterem-se em cursos de formação profissional.

5.4 Investigação

Incompreensivelmente a Investigação não faz parte dos campos de classificação propostos pelo *Guião de Avaliação*. Incompreensivelmente dado ser não apenas uma das especificidades da formação universitária, mas mesmo uma das suas componentes mais nobres. De todas as maneiras, é pela investigação, nas diversas formas que assume, em pós-graduações, mestrados e doutoramentos, em centros de investigação, em publicações, revistas e edições de livros, na organização de congressos e de jornadas, que também se avalia um curso, não só quanto a docentes, mas também quanto aos objectivos e programas, e à qualidade em geral de um curso universitário.

Dos cursos avaliados são muito poucos aqueles que estão directamente associados a um centro de investigação reconhecido

e avaliado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT): os cursos da UBI (com a avaliação de *Good* do Labcom – Laboratório de Comunicação Online), da Universidade do Minho (com a avaliação de *Very Good* do Núcleo de Estudos de Comunicação e Sociedade), da Universidade de Aveiro (com a avaliação de *Fair* da UNICA – Unidade de Investigação em Comunicação e Arte) e da Universidade Lusófona (com a avaliação de *Fair* do CICANT – Centro de Investigação em Comunicação Aplicada, Cultura e Novas Tecnologias). Para além da existência das unidades de investigação, há que verificar o dinamismo das instituições na apresentação de projectos de investigação submetidos e avaliados à FCT.

Por outro lado, a bibliografia científica produzida em Portugal resulta, em parte considerável, da publicação de dissertações e teses de doutoramento. A Universidade do Minho e a UBI destacam-se neste capítulo. Mas também deve ser salientado o contributo das Universidades Lusófona e Fernando Pessoa na produção e publicação de textos científicos.

5.5 Instalações e Equipamentos

Este campo de avaliação junta dois elementos distintos. Em equipamentos a Universidade Lusófona e a Universidade Autónoma de Lisboa mereceriam certamente a classificação de *Excelente*, mas as instalações, nomeadamente as salas de aula, as bibliotecas, os gabinetes de docentes, são deficientes, tal como apontado nos respectivos RAE. Com efeito, os equipamentos informáticos, os equipamentos de produção e edição de rádio, de televisão, nestas duas universidades são de grande qualidade. No caso da Universidade Lusófona o RAE aponta mesmo “a exuberância, em termos quantitativos e qualitativos”, dos equipamentos de audiovisual e multimédia.

O curso de *Jornalismo* da Universidade de Coimbra sobressai neste ponto pela negativa. Não só as instalações são más como os equipamentos são insuficientes, obsoletos ou, quando modernos, sem utilização. Também o curso de Ciências da Informação

do ISMT recebeu neste campo de apreciação a classificação de *Insuficiente*.

Os cursos da UBI, da Universidade de Aveiro e da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa mereceram nesta rubrica a classificação de *Excelente*. Nestes casos instalações e equipamentos oferecem as melhores condições para um ensino de elevadíssima qualidade.

6 Comissões de Visita e Classificações curso a curso

Cada comissão de visita foi constituída por 5 membros da CAE, entre os quais se incluiu sempre um professor estrangeiro. A CAE deliberou não avaliar o campo de Recursos Financeiros.

Comunicação Social

Universidade Técnica de Lisboa

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- José Esteves Rei
- Moisés Lemos Martins
- Mário Bettencourt Resendes
- Bernardo Díaz Nosty

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	B
Objectivos do Curso	C
Planos de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	A
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	C
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	B
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	B

Ciências da Comunicação

Universidade da Beira Interior

Comissão de Visita:

- Manuel Lopes da Silva, Presidente
- Aníbal Alves
- Francisco Costa Pereira
- João Palmeiro
- Margarita Ledo Andión

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	B
Objectivos do Curso	B
Planos de Estudos	B
Conteúdos Programáticos	B
Alunos (procura, sucesso escolar)	C
Processo Pedagógico	B
Corpo Docente	B
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	A
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	A
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	C

Comunicação Social

Universidade do Minho

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- José Eduardo Borges de Pinho
- Eugénio dos Santos
- João Palmeiro
- Marcial Murciano

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	A
Objectivos do Curso	B
Planos de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	B
Alunos (procura, sucesso escolar)	B
Processo Pedagógico	B
Corpo Docente	B
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	B
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	B
Ambiente Académico (Apoio Social)	A
Gestão da Qualidade	B
Empregabilidade	B

Jornalismo

Universidade de Coimbra

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- José Esteves Rei
- Moisés Lemos Martins
- Bernardo Díaz Nosty
- Mário Bettencourt Resendes

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	C
Planos de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	A
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	E
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	D
Empregabilidade	B

Novas Tecnologias da Comunicação

Universidade de Aveiro

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Manuel Lopes da Silva
- Moisés Lemos Martins
- Eugénio dos Santos
- António Fausto Neto

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	B
Objectivos do Curso	D
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	B
Processo Pedagógico	B
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	A
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	B
Ambiente Académico (Apoio Social)	A
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	B

Comunicação Social e Cultural

Universidade Católica Portuguesa - Lisboa

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Aníbal Alves
- Eugénio dos Santos
- João Palmeiro
- Marcial Murciano

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	D
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	B
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	D
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	C

Som e Imagem

Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa - Porto

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Manuel Lopes da Silva
- José Esteves Rei
- Moisés Lemos Martins
- Margarita Ledo Andión

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	C
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	C
Processo Pedagógico	D
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	A
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	D
Gestão da Qualidade	D
Empregabilidade	C

Ciências da Comunicação

Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- José Eduardo Borges de Pinho
- José Manuel Paquete de Oliveira
- Mário Bettencourt Resendes
- Marcial Murciano

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	C
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	D
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	D
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	D
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	D
Empregabilidade	C

Ciências da Comunicação

Universidade Fernando Pessoa

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- José Eduardo Borges de Pinho
- Moisés Lemos Martins
- José Manuel Paquete de Oliveira
- António Fausto Neto

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	B
Planos de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	C
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	B
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	C

Ciências da Comunicação

Universidade Independente

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Aníbal Alves
- Francisco Costa Pereira
- Mário Bettencourt Resendes
- Bernardo Diáz Nosty

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	D
Objectivos do Curso	C
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	D
Processo Pedagógico	D
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	C
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	E
Ambiente Académico (Apoio Social)	D
Gestão da Qualidade	D
Empregabilidade	C

Ciências da Comunicação

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Comissão de Visita:

- José Eduardo Borges de Pinho, Presidente
- Moisés Lemos Martins
- José Esteves Rei
- José Manuel Paquete de Oliveira
- Margarita Ledo Andión

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	B
Planos de Estudos	B
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	D
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	C
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	C
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	D
Empregabilidade	C

Ciências da Informação

Instituto Superior Miguel Torga

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Aníbal Alves
- Eugénio dos Santos
- João Palmeiro
- Marcial Murciano

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	D
Objectivos do Curso	D
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	E
Alunos (procura, sucesso escolar)	D
Processo Pedagógico	E
Corpo Docente	E
Pessoal não Docente	B
Instalações e Equipamentos	E
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	E
Ambiente Académico (Apoio Social)	E
Gestão da Qualidade	E
Empregabilidade	E

Comunicação Empresarial

Instituto Superior de Comunicação Empresarial

Comissão de Visita:

- Antonio Fidalgo, Presidente
- José Esteves Rei
- Francisco Costa Pereira
- João Palmeiro
- Bernardo Díaz Nosty

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	D
Planos de Estudos	C
Conteúdos Programáticos	C
Alunos (procura, sucesso escolar)	B
Processo Pedagógico	C
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	D
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	C
Ambiente Académico (Apoio Social)	C
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	B

Tecnologias da Comunicação Multimédia

Instituto Superior da Maia

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Manuel Lopes da Silva
- Moisés Lemos Martins
- Francisco Costa Pereira
- Margarita Ledo Andión

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	C
Objectivos do Curso	E
Planos de Estudos	D
Conteúdos Programáticos	D
Alunos (procura, sucesso escolar)	D
Processo Pedagógico	D
Corpo Docente	D
Pessoal não Docente	C
Instalações e Equipamentos	B
Recursos Financeiros	
Relações Externas e Internacionalização	E
Ambiente Académico (Apoio Social)	D
Gestão da Qualidade	C
Empregabilidade	D

Gestão de Sistemas de Informação e Multimédia

Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia

Comissão de Visita:

- António Fidalgo, Presidente
- Manuel Lopes da Silva
- José Esteves Rei
- José Manuel Paquete de Oliveira
- António Fausto Neto

Classificações dos Campos de Apreciação

Organização Institucional	N.A.
Objectivos do Curso	N.A.
Planos de Estudos	N.A.
Conteúdos Programáticos	N.A.
Alunos (procura, sucesso escolar)	N.A.
Processo Pedagógico	N.A.
Corpo Docente	N.A.
Pessoal não Docente	N.A.
Instalações e Equipamentos	N.A.
Recursos Financeiros	N.A.
Relações Externas e Internacionalização	N.A.
Ambiente Académico (Apoio Social)	N.A.
Gestão da Qualidade	N.A.
Empregabilidade	N.A.

7 Comentário aos Contraditórios

Dos 15 cursos avaliados 12 procederam ao exercício do contraditório aos respectivos RAEs. Apenas os cursos da Universidade Autónoma de Lisboa, da Universidade Independente e do ISLA-Vila Nova de Gaia não fizeram uso desse direito. Da Universidade Autónoma de Lisboa houve uma carta do seu Reitor, Prof. Justino Mendes de Almeida, a “agradecer o empenho e o rigor demonstrado pela Comissão de Avaliação Externa do Curso de Ciências da Comunicação, consubstanciado no referido Relatório”.

Os contraditórios mereceram a melhor atenção da CAE, pronunciando-se os seus membros sobre os contraditórios dos cursos que visitaram. Em alguns casos os contraditórios fornecem subsídios para esclarecimento de deficiências apuradas nos RAEs, em bastantes casos contestam-se as classificações atribuídas nos campos menos bem classificados, e ainda por vezes sugerem-se as classificações (sempre superiores) que os autores dos contraditórios acham que deveriam ser atribuídas aos diferentes campos de classificação dos seus cursos. A Escola de Artes da Universidade Católica anexou ao seu contraditório um documento da Associação de Estudantes que, curiosamente, a CAE considera confirmar as deficiências apontadas no respectivo RAE. A CAE deliberou que, face aos elementos apresentados nos contraditórios, não deveria alterar as classificações que, por unanimidade, atribuiu na sua Reunião Plenária de 6 de Junho de 2005.

O contraditório do curso de *Jornalismo* da Universidade de Coimbra não pode deixar de receber uma referência muito negativa, pelo tom agressivo e descortês em que é feito. É verdade que os contraditórios se caracterizam normalmente por um timbre polémico, como sucede sobretudo nos contraditórios da Universidade Técnica de Lisboa e da Universidade Lusófona. Mas se esse timbre polémico é aceitável e se enquadra no exercício de uma avaliação aberta, feita por pares e entre pares, o tom grosseiro do contraditório da Universidade de Coimbra é inaceitável. É caso para dizer que, ao arrepio da tradição académica, é um documento feito “cum ira et studio, absque iudicio”, confirmando da

pior forma as graves deficiências apontadas pela CAE e a justeza da avaliação feita.

A CAE agradece finalmente a indicação dos lapsos e gralhas existentes nos respectivos RAEs, apontados em vários contraditórios, e que foram corrigidos nas versões finais enviadas ao Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior.